

# Segurança pública e o fracasso dos governos neoliberais no Equador

» GUSTAVO MENON

Docente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP) e coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB)

O Equador retorna às manchetes devido à crise generalizada na segurança pública do país. Na última terça-feira, homens armados e mascarados invadiram os estúdios do canal TC Televisión, em Guayaquil, expondo cenas de terror que têm marcado a realidade nacional nos últimos anos. Equipados com bombas, pistolas e outras armas, vários trabalhadores foram feitos reféns durante a transmissão ao vivo do programa *El Noticiero*. Pessoas em shoppings, instalações públicas, universidades e hospitais tiveram que retornar rapidamente aos seus lares.

O país enfrenta uma crise de segurança desde o término do mandato de Rafael Correa, que deixou o governo em 2017. Desde então, várias máfias e vários grupos narcotraficantes assumiram o controle do sistema prisional, influenciando a vida da população equatoriana em meio a políticas de austeridade reativadas desde a sucessão da chamada “Revolução Cidadã”, projeto liderado pelos governos progressistas de Correa entre 2007 e 2017.

Devido ao desgaste institucional, especialmente após o desmantelamento de certos cartéis no México e na Colômbia, essas máfias viram no Equador um terreno fértil para a disputa de território. A crise na segurança pública é evidente, com mais de 460 mortes em confrontos no sistema prisional desde 2021. Além disso, os homicídios nas ruas aumentaram quase 800% de 2018 a 2023.

Anteriormente considerado um país relativamente seguro, o Equador testemunhou uma escalada de violência devido ao desgaste das instituições públicas associadas às infiltrações do crime organizado no sistema político e judicial.

Vale ressaltar que o atual presidente, Daniel Noboa, assumiu o Poder Executivo durante a chamada “morte cruzada”, quando o então presidente Guillermo Lasso dissolveu a Assembleia Nacional em meio à decomposição institucional, em uma tentativa malsucedida de conter a espiral de violência. Anúncios frequentes de Estado de Exceção e políticas de privatização têm proporcionado pouco êxito na melhoria da segurança pública.

O clima de terror foi evidente nas eleições de 2023, quando o candidato à Presidência Fernando Villavicencio foi assassinado a tiros durante a campanha eleitoral. Agustín Intriago, prefeito da cidade de Manta, também foi morto durante seu mandato.

Nesse cenário, líderes de facções criminosas conseguiram escapar das prisões devido à completa ausência do poder público. A fuga de José Adolfo Macías Villamar (Fito), líder do grupo narcotraficante chamado Los Choneros, agravou ainda mais a crise nas últimas horas. Outros integrantes do crime organizado também escaparam do sistema carcerário.

Relatos indicam que sete policiais foram sequestrados durante o Estado de Exceção declarado por Noboa na segunda-feira. Há mortes e alguns feridos. Em Quito, um veículo explodiu, e um dispositivo foi detonado perto de uma ponte de pedestres. Diante de tal “crise de segurança sem precedentes”, o prefeito da capital



equatoriana, Pabel Muñoz, solicitou a “militarização” de instalações estratégicas ao Executivo.

O novo presidente, eleito com uma plataforma anticriminalidade, decretou um toque de recolher de seis horas, das 23h às 5h. Instalações públicas, como o palácio presidencial e as estações de metrô de Quito, foram militarizadas. A declaração de Estado de Exceção, além de suspender garantias constitucionais, permitiu às Forças Armadas intervir no sistema prisional, marcado por rebeliões nos últimos anos.

“Nós não vamos negociar com terroristas, nem descansaremos até devolvermos a paz aos equatorianos”, declarou Noboa em vídeo publicado nas suas redes sociais. No entanto, o agravamento da crise se deve às disputas entre facções pelo controle de territórios. O Ministério da Educação suspendeu aulas presenciais em todo o Equador, e as Forças Armadas foram mobilizadas para tentar desmantelar mais de 20 grupos do crime organizado listados no Decreto Presidencial n. 111/2024. O decreto reconhece a existência de um conflito interno armado, além de classificar os grupos criminosos como terroristas, ampliando o uso da força por parte das Forças Armadas.

Noboa anunciou, recentemente, a construção de dois presídios de segurança máxima nas províncias de Pastaza e Santa Elena, seguindo o exemplo do mandatário salvadoreño, Nayib Bukele, em sua guerra contra o narcotráfico e a

criminalidade. Os movimentos sociais anunciaram protestos pacíficos para rejeitar esse projeto prisional que reflete uma lógica policial e não ataca as raízes do problema.

Alinhados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os interesses de Washington, os últimos três governos equatorianos — Lenín Moreno (2017-2021); Guillermo Lasso (2021-2023); e Daniel Noboa (atual) — foram incapazes de conter a escalada de violência no país. Caracterizada por uma dupla dependência econômica, do dólar e dos recursos do petróleo, a difícil crise de segurança pública no Equador parece estar longe de terminar. Enquanto as raízes do subdesenvolvimento e da dependência estrutural não forem abordadas, é improvável que os índices de criminalidade diminuam. A alternativa proposta por grupos de direita se assemelha a uma estratégia do Plano Colômbia, envolvendo a mobilização de tropas, programas e recursos dos Estados Unidos. Enquanto isso, a esquerda equatoriana ainda carece de uma estratégia viável para enfrentar a complexa crise em curso.

A compreensão em rede desses grupos transnacionais pode ser o primeiro passo para desmantelar a atual situação de erosão democrática e, acima de tudo, construir uma segurança interna baseada em uma lógica sistêmica de combate à pobreza e na promoção e exercício dos direitos humanos.

## Telemedicina é para todos, mas nem todos estão preparados

» DULCINEIDE OLIVEIRA

Mestre em saúde pública pela Fiocruz e diretora da Telehealth MV

A telemedicina, nos últimos anos, tem se destacado como uma ferramenta valiosa, proporcionando uma gama de benefícios que vão desde a ampliação do acesso à assistência médica até a otimização dos recursos de todo o ecossistema de saúde.

Para consolidar as oportunidades ofertadas pela saúde digital no Brasil, decorrentes das lições aprendidas durante a pandemia da covid-19, o Conselho Federal de Medicina regulamentou a prática da Telemedicina por meio de sua Resolução nº 2.314 em abril de 2022. Em consonância, a Lei nº 14.510 foi sancionada em dezembro do mesmo ano, conferindo regulamentação definitiva à prática de telessaúde no país.

O governo federal propõe a Estratégia de Saúde Digital 2020-2028, que discute o estabelecimento da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), um programa destinado à transformação digital da saúde no Brasil. Seu principal objetivo é facilitar a troca de informações entre os diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde, promovendo a interoperabilidade e, assim, possibilitando a transição e a continuidade do cuidado nos setores público e privado. Também está em discussão o Projeto de Lei nº 3.814 de 2020, que dispõe sobre o prontuário eletrônico unificado do cidadão, o que indica o quanto o tema está em evidência tanto para os gestores públicos quanto para os privados.

Contudo, é importante reconhecer que nem todas as pessoas estão igualmente preparadas para aproveitar plenamente os cuidados ofertados pela telemedicina. Um dos principais benefícios do atendimento de saúde a distância é a capacidade de superar barreiras geográficas, proporcionando acesso a serviços médicos, especialmente para pacientes que residem em áreas remotas e/ou carentes de certas especialidades médicas, os chamados “vazios assistenciais”. A equidade no acesso é uma questão crítica, uma vez que nem todos têm ao seu alcance dispositivos tecnológicos ou uma conexão confiável à internet, entre outros problemas de infraestrutura. É um desafio tanto para os pacientes quanto para profissionais de saúde, que, em muitos casos, não contam com estrutura para o trabalho remoto nem letramento digital para desenvolver as funções.

Dados divulgados, neste mês, no Censo da Oncologia Clínica do Brasil, elaborado pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), em parceria com o Datafolha, mostram que 54% dos oncologistas brasileiros estão na região Sudeste. Assim como, os Arquivos Brasileiros de Cardiologia reportam praticamente a mesma densidade de cardiologistas (55,5%) na referida região, evidenciando uma dificuldade significativa no acesso às populações mais distantes e, consequentemente, contribuindo para o aumento das filas de espera para esses serviços.

Logo, torna-se imprescindível a criação de alternativas para que as especialidades médicas cheguem aos pacientes em áreas mais remotas, e eu vislumbro a telemedicina como um caminho concreto para isso. Durante minha jornada como diretora de telessaúde na Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, participei de uma experiência extremamente enriquecedora na implementação da telemedicina no estado, durante a pandemia. Utilizamos a plataforma Clinic, cedida de forma gratuita pela MV, e conseguimos estabelecer, em algumas unidades de atenção especializada do SUS, um serviço de consulta médica completamente on-line, com agendamento via celular e assinatura digital.

Entre as diversas especialidades ofertadas no estado, mais de 45 mil pessoas já foram atendidas, com destaque para cardiologia com mais de 15 mil atendimentos. Com a oferta de serviços de telessaúde, podemos reduzir e qualificar filas de espera em diversas especialidades, nos mostrando que é viável a implantação de atendimentos remotos em saúde também no SUS. As boas experiências que tivemos durante a pandemia, portanto, caminham para o processo de institucionalização da telemedicina nas redes de atenção à saúde.

Com as leis promulgadas em 2022, surge a expectativa de que a formação dos profissionais de saúde incorporem, em sua prática, a saúde digital e a telessaúde. A formação adequada para a prática da assistência virtual, a compreensão das ferramentas tecnológicas e a manutenção dos padrões éticos são aspectos cruciais, que demandam atenção prioritária no contexto de transformação digital dos serviços. Investir na capacitação dos profissionais é fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos serviços de telemedicina.

A telemedicina é uma ferramenta valiosa para aprimorar o sistema de saúde no Brasil, mas seu pleno potencial só será alcançado quando contemplados os desafios de forma abrangente. Autoridades, profissionais de saúde e a sociedade devem colaborar para criar soluções que garantam acessibilidade, segurança e qualidade nos serviços de telemedicina, assegurando que ela seja verdadeiramente inclusiva.

As perspectivas futuras são promissoras, quando impulsionadas por estratégias como o incentivo à infraestrutura tecnológica, o treinamento profissional contínuo, regulamentações específicas e parcerias público-privadas, visando tornar a telemedicina mais acessível, eficiente e centrada no paciente. Somente assim, poderemos afirmar que a telemedicina é verdadeiramente para todos, garantindo que ninguém seja deixado para trás na busca por cuidados de saúde de qualidade.

## A jornada para fazer mais com menos ainda é longa

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER  
Empresário

O Brasil vem crescendo muito abaixo do que poderia e deveria, há muitos anos, com alguns esporádicos anos fora da curva. Motivo relevante é a baixa produtividade e reduzida competitividade da nossa economia, exceção feita especialmente ao agronegócio, em que temos expressivas vantagens comparativas internacionais. Uma série de fatores interligados explica as nossas dificuldades de competir com economias mais dinâmicas nas demais cadeias de bens comercializáveis: alta carga tributária, baixa disponibilidade de poupança interna, baixa taxa de investimentos, infraestrutura precária, serviços públicos deficientes, excesso de burocracia, engessamento do orçamento público.

Para melhorar o ambiente de negócios, temos que continuar fazendo mudanças, reformas micro e macroeconômicas, que preparem o país a liberar-se da armadilha da renda média. Fizemos importantes avanços com as reformas Previdenciária e Trabalhista, e temos agora uma grande oportunidade de avançar numa Reforma Tributária, mesmo que parcial, para simplificar a caótica estrutura de impostos. É necessário fazer o alerta para que se resista à pressão

pelo aumento da carga tributária e para a manutenção ou concessão de privilégios para segmentos ou agentes econômicos com maior capacidade de fazer lobby, levando a aumento de carga para os demais.

Muitas das amarras podem ser resolvidas com reformas infraconstitucionais, de mais fácil aprovação, a exemplo das já aprovadas Lei de Liberdade Econômica, independência do Banco Central, minireforma política, que restabeleceu a cláusula de barreira, e a privatização da Eletrobras. Temos que aumentar o ritmo de ajustes, dada a ainda grande defasagem em relação às economias mais eficientes. A própria Reforma Tributária precisa ter uma segunda tranche de simplificações, e um importante esforço para redução da pesada carga de impostos, a mais elevada entre os países emergentes, que penaliza empresas e famílias brasileiras.

Isso requer que o Estado precise de menos recursos, isto é, que o gasto público seja mais eficiente. A tão aguardada Reforma Administrativa é um passo importante nessa direção, juntamente com medidas apenas gerenciais, que melhorem processos administrativos, preenchendo os cargos com quadros qualificados, cujo

desempenho seja reconhecido por uma meritocracia de fato, ao contrário do que hoje acontece.

Outro ponto importante a enfrentar, apontado com frequência por analistas externos, é a falta de senso de urgência no Brasil, o hábito de procrastinar as mudanças necessárias. Como exemplo, a falta de regulamentação, até hoje, de vários artigos da importante Lei de Responsabilidade Fiscal, editada no ano 2000. Como o artigo 67, que prevê a criação de um Conselho de Gestão Fiscal (CGF), que seria uma instituição fiscal independente, um xerife das contas públicas, composto por representantes da sociedade civil e do poder público, com a missão de orientar e vigiar tanto receitas quanto despesas públicas. É um instrumento que outros países que têm uma boa equação fiscal usam com sucesso para aumentar a eficiência do gasto público e, por consequência, reduzir o peso do Estado sobre a sociedade.

O poder público deve aprender a fazer mais com menos, para que também a sociedade consiga fazer mais, e, especialmente, para que o setor industrial, o mais dinâmico da economia, possa cumprir o seu potencial de contribuir com o desenvolvimento do nosso país.